



CIEA7 #11:

EQUIDAD DE GÉNERO: DESARROLLO Y COOPERACIÓN.

Tatiana Raquel Reis Silva^o

tatianaraquel.reis@gmail.com

Relações de gênero em África:

as rabidantes e o comércio informal em Cabo Verde

Este trabalho visa analisar a relação entre dinâmicas de gênero, processos de reconstrução de identidades e comércio informal transatlântico, tendo como ponto de partida as experiências de mulheres negociantes, no Mercado de Sucupira, localizado na ilha de Santiago, em Cabo Verde. As rabidantes, como são conhecidas comercializam produtos adquiridos em outros países africanos, em alguns países europeus e, também, do continente americano, como EUA e Brasil. No caso brasileiro, as mercadorias se originam, principalmente, de Fortaleza, no estado do Ceará. Para tanto, utilizar-se-á da metodologia da história oral, buscando captar memórias de mulheres, dando especial atenção às suas histórias de vida no que concerne a inserção na profissão, as relações conjugais e de parentesco, processos de reconstrução de identidades e formas de resistência e, empoderamento, por elas desenvolvido. Acredita-se que este será o meio mais eficaz para captar a realidade do contexto vivido pelas rabidantes em todas suas dimensões. Assim, pretende-se fazer uma abordagem interdisciplinar, dialogando com algumas disciplinas das ciências humanas, em especial, a antropologia, a sociologia e a história.

Relações de gênero, Rabidantes, Cabo Verde.

^o Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO - Universidade Federal da Bahia).

Cada sociedade redefine, constantemente, as normas, os comportamentos e as atitudes que determinam as relações entre homens e mulheres em todas as áreas da vida social, política e econômica. Desse modo, as discussões acerca das desigualdades de gênero no contexto africano se tornam indispensáveis para o questionamento e a reformulação de idéias preconcebidas, sobretudo aquelas que se traduzem na invisibilidade feminina no contexto econômico.

As mulheres têm tido um papel de destaque no âmbito do trabalho informal nas sociedades africanas desde a época pré-colonial. Este fato parece confirmar a existência de um modo de produção africano pré-colonial, em que a presença de mulheres comerciantes constituiu uma especificidade de gênero que não estava presente nas sociedades pré-industriais européias, por exemplo. Além disso, esta perspectiva remete para a provável existência de dinâmicas culturais que parecem ter sobrevivido ao período colonial e que merecem ser discutidas.

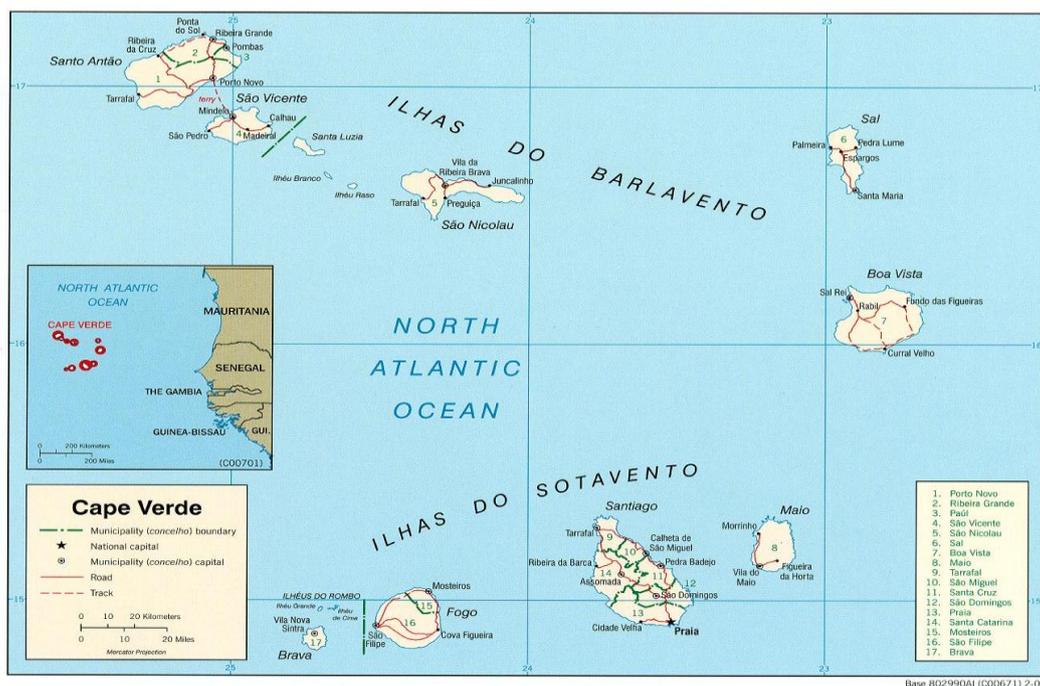
Alguns trabalhos procuraram destacar a importância da participação feminina no contexto africano. No entanto, apesar das atividades informais serem, tradicionalmente, protagonizadas por mulheres, muitos trabalhos limitam-se, na maioria das vezes, a uma descrição da vitalidade dos seus atores, sem se questionarem acerca da existência das representações simbólicas que servem para reproduzir desigualdades estruturais nas relações sociais de gênero (GRASSI 2003). Assim, pretende-se contribuir para os estudos sobre relações de gênero e processos de empoderamento de mulheres em África, na medida em que se busca evidenciar as desigualdades de gênero na sociedade cabo-verdiana, analisando, especificamente, o caso das *rabidantes*¹.

Existe em Cabo Verde um caso grave de discordância entre as práticas sociais e a legislação. A mentalidade difusa entre as mulheres de tolerar as discriminações com base no gênero parece ter suas origens num conjunto de constrangimentos socioeconômicos e culturais em que fazem parte da sua vivência cotidiana. Alguns dizem respeito à elevada taxa de analfabetismo entre as mulheres adultas, a alta taxa de fecundidade, a reduzida participação feminina na vida pública e a ausência representativa de mulheres nos lugares de decisão, em suma, ao menos acesso aos recursos disponíveis (GRASSI, 2003). Este campo de tensão certamente dará base para visualização de questionamentos acerca da relação entre questões de gênero, poder e identidades no contexto africano.

¹ O termo significa, em crioulo de Cabo Verde, dar a volta, desenroscar-se, e é utilizado para designar alguém que é muito hábil em convencer os outros (*rabida bo*, aquele que engana o outro).

Neste sentido, busca-se analisar a relação entre dinâmicas de gênero, processos de reconstrução de identidades e comércio transatlântico, tendo como ponto de partida as experiências de mulheres negociantes do setor informal, no Mercado de Sucupira, localizado na ilha de Santiago, em Cabo Verde. As rabadantes caboverdianas, comercializam produtos adquiridos em outros países africanos, como Senegal, Gâmbia, Guiné-Conakri e África do Sul, também, se envolvem com produtos de países europeus, como Portugal, Holanda e França, e do continente americano, como EUA e Brasil. No caso brasileiro, as mercadorias se originam, principalmente, de Fortaleza, no estado do Ceará.

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE.



Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em 1460. De acordo com Andrade (1995), era intenção dos colonizadores possibilitar o povoamento branco, como nos Açores e na Ilha da Madeira, mas foram as diversas etnias existentes na Costa da Guiné que contribuíram para o povoamento do país. A mestiçagem originou a população crioula que caracteriza a sociedade atual. O povoamento das ilhas ocorreu de forma lenta e foi realizado, através do processo de doação de terras a europeus que procediam ao seu cultivo e à criação de animais, utilizando a mão-de-obra escrava.

Foram vários os fatores que contribuíram para a escassez de recursos desde o período de colonização. A política administrativa não fixou como objetivo o desenvolvimento da agricultura e das condições de estocagem do solo. A desastrosa gestão do meio natural com a criação de cabras nas encostas (um dos animais domésticos introduzidos) constituiu um fator de progressiva erosão do solo e, também, a subutilização das terras irrigáveis, para além das necessidades dos colonos. Cardoso (2007) assinala que o governo português, nunca demonstrou muito interesse em desenvolver o povoamento efetivo no arquipélago, por dificuldades de se empenhar na valorização de um espaço insular com riquezas limitadas.

O arquipélago é formado por dez ilhas², de origem vulcânica, que possuem características naturais, sócio-culturais e econômicas diferentes. Todas sofrem influência do Sahel, o que lhes confere um clima árido ou semi-árido, os ventos secos vindo do continente africano contribuem para a salinização do solo. A conseqüente erosão dos solos e o escoamento das chuvas para o mar não tem possibilitado a reconstituição dos lençóis freáticos, apenas 13% da água superficial se infiltra no solo permitindo a sua alimentação. No período de colonização, a ilha de Santiago se destacou por possuir o clima mais propício para o estabelecimento dos colonos e atualmente concentra metade da população do país.

No entanto, devido a sua posição geográfica, situada entre os três continentes (Europa, África e América) Cabo Verde constituiu uma plataforma comercial de apoio à expansão portuguesa, funcionando como entreposto de escravos e como local de abastecimento de água, o que lhe fez cumprir uma função histórica de agenciadora no tráfico atlântico desde a sua descoberta até o final do século XIX. Os mercadores que iam a procura de escravos, também, compravam algodão, peles e sebo; e abasteciam a ilha de produtos de primeiras necessidades como milho e arroz (trazidos da Guiné) e azeite, vinho, farinha de trigo (advindos da Europa).

A situação de pobreza que caracterizava a maioria dos habitantes e o enriquecimento de uma minoria conduziu a uma sociedade hierarquizada em categorias sociais bastante fechadas. Na primeira metade do século XVII floresceu uma classe de “senhores brancos” que embora, constituíssem um grupo restrito, detentor do poder político, se dedicava à exploração e comercialização de algodão, tecidos e outros produtos. Mas, com a perda da exclusividade do tráfico de escravos na região, as constantes investidas dos franceses, ingleses e holandeses (portos com

² São elas: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia (única ilha não habitada), Sal, Boavista, Santiago, Maio, Fogo e Brava.

localização estratégica), e a seca, foram fatores que determinaram um declínio neste tipo de economia ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Nos anos de 1832, altura em que a luta por territórios africanos tronou-se mais contundente, com a emergência de interesses por parte da Alemanha e da Bélgica, os portugueses sentiram-se compelidos a redimensionarem a sua política colonial. Isso possibilitou uma série de reajustes renovando as relações sociais dominantes e o país adentra um novo ciclo de decadência. Neste período, começou a intensificar a concorrência estrangeira na costa da Guiné com a emergência de novas potências, como a Inglaterra. O império português, abalado profundamente pela nova formatação do comércio internacional, tentou imprimir outras dinâmicas às relações com suas colônias na África. Cabo Verde, como parte deste império, sofreu os reveses dessa reconfiguração da economia colonial, perdendo sua importância enquanto base de sustentação comercial.

Em 1892, pouco tempo depois da Conferência Internacional de Berlim – 1884/85 – ficou estabelecido o princípio do direito de ocupação efetiva³ contra o direito histórico baseado na propriedade da “descoberta”. Começou a desenhar-se a corrida imperial no continente africano, impondo ao governo colonial português – para a sua manutenção no restrito grupo de países como a Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Bélgica – uma série de reformulações que exigiam uma reestruturação e reforço das estruturas administrativas, instaladas ao ritmo do desenvolvimento da sua (re) valorização colonial.

No final do século XIX, Cabo Verde começou um novo e longo ciclo de crises (processo de abolição da escravatura). A agricultura de subsistência não respondia às necessidades, ocasionando fomes que dizimavam a população, enquanto que a agricultura de exportação continuava em queda. Desencadeou-se uma emigração em massa, de cabo-verdianos para os EUA, Guiné, Senegal, Holanda e Portugal e, uma emigração forçada para S. Tomé e Príncipe, como saída para melhorar a situação calamitosa em que o país se encontrava fruto da administração colonial desastrosa. As remessas dos emigrantes passaram a ser uma saída válida para a manutenção das famílias e se transformaram em uma importante fonte de sobrevivência.

Não obstante, com o apoio da igreja e a conseqüente renovação do interesse pelo arquipélago, já no início do século XX, foram-se criando estruturas sociais que se mantiveram até a independência. Surgiram três classes sociais distintas, com cultura e interesses econômicos diferenciados: uma pequena aristocracia e grande burguesia,

³ A partir deste momento os territórios conquistados só pertenceriam às respectivas potências em caso de ocupação efetiva. Isto implicaria na organização de um governo efetivo na colônia, com a instalação de um exército, de uma administração, etc.

pequena burguesia mestiça e, a população cabo-verdiana que constituía 90% do total. A pequena aristocracia e a grande burguesia eram compostas pelas classes sociais que viviam de acordo com o estilo de vida europeu em grandes mansões, gerindo os seus interesses económicos. Esses eram os descendentes dos grandes senhores traficantes de escravos.

A pequena burguesia mestiça, cujos recursos provinham da atividade comercial, do cultivo de pequenas parcelas da terra e da atividade artesanal, constituíam a classe média. Os filhos dessa pequena burguesia conseguiram, progressivamente, ter acesso ao ensino e ocupar pequenos cargos da administração pública. A grande ambição desse grupo, de acordo com Manuela Cardoso (2007), era tornar-se também proprietária de terras, assumindo privilégios sociais semelhantes à primeira classe, rejeitando os valores culturais africanos.

Por fim, a classe que representava a maioria da população, o verdadeiro povo: trabalhadores não qualificados, pescadores, rendeiros, agricultores sem terra, micro-proprietários e muitas mães chefes de família, estas últimas como resultado direto do grande fluxo de emigração masculina. Apesar da independência em 1975, os cinco séculos de ocupação portuguesa moldaram a sociedade cabo-verdiana. Nesse processo, a língua e a religião cristã foram introduzidas e os aspectos culturais africanos subalternizados em função dos interesses da metrópole⁴.

A partir dos anos de 1940, observa-se uma proliferação de movimentos emancipatórios na Ásia e na África, reforçados, dentre outros acontecimentos, pelo desmembramento das potências europeias; fundação, em 1945, da Organização das Nações Unidas – ONU; e pela consagração dos “Direitos dos Povos”, em 1946. Neste contexto, as relações internacionais ganharam nova configuração, impondo a Portugal mudanças de estratégias para manutenção de suas possessões em África.

De fato, desde as primeiras décadas do século XX, o mundo português presenciava uma propagação de associações recreativas e culturais e, sindicatos com tons de protestos, como: Associação dos Estudantes, Partido Nacional Africano, Casa de África, Casa dos Estudantes Africanos. Esses movimentos foram impulsionados por jovens oriundos das diferentes colônias, que deram continuidade aos seus estudos na metrópole (Amílcar Cabral – guineense, Mario Pinto de Andrade e Agostinho Neto – angolanos, Alda do Espírito Santo – santomeense, dentre outros).

⁴ Enésio Silveira (2005) assinala que Cabo Verde é um caso de regionalismo africano que feliz ou infelizmente, tende a sê-lo cada vez menos, na medida em que a sua dinâmica política e sociocultural se torna cada vez mais dependente e tributária dos valores da civilização ocidental.

Nos anos de 1950, várias outras organizações emergiram, dentre eles: Movimento de libertação Nacional das Colônias Portuguesas (MLNCP) e Partido Africano da Independência (PAI) que deu origem, em 1956, ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). É a partir dos movimentos contestatórios e, conseqüentemente, o fortalecimento destes partidos, que terá início um longo período de críticas e denúncias referentes ao descaso e estado de miséria que o governo português relegou as suas, então, colônias.

O PAIGC, um dos principais impulsionadores deste processo de contestação, objetivava a unidade estatal entre os dois países, desenvolvendo um trabalho efetivo tanto na Guiné Bissau quanto em Cabo Verde. Esse movimento possibilitou a independência destes em 1974 e 1975, respectivamente. No entanto, desde 1970 se inicia um processo de fragmentação dentro do partido, devido aos desencontros de perspectivas desde o tempo da guerrilha, questões ideológicas e, sobretudo, o golpe de Estado ocorrido na Guiné Bissau, em 1980, abortando definitivamente o projeto de unificação dos dois países.

No período pós-independência, Cabo Verde encontrava-se numa situação de extrema pobreza, os dirigentes procuraram inserir o país numa organização econômica centralizada e socialista. O sistema político baseava-se numa democracia monopartidarista, em que só o partido que tinha desencadeado a luta de libertação (PAIGC) podia concorrer. Este sistema político manteve-se até as eleições de 1991, com a vitória de um presidente do MPD (Movimento para a Democracia), isso foi possível graças a instauração da democracia pluralista e conseqüente liberalização da economia ocorrida em 1988.

O multipartidarismo, a liberalização da economia e a abertura ao investimento exterior, constituíram alterações significativas para a realidade caboverdiana, sobretudo, a partir da adoção ao comércio internacional e a globalização, como fenômeno integrante da economia mundial. A estrutura social do período pós-independência possibilitou o surgimento de duas novas classes sociais, para além daquelas já existentes desde a colonização: uma classe de comerciantes e outra de empresários ligados ao setor industrial e turístico. Como veremos, no tópico seguinte, atualmente, estas atividades tem se destacado como as principais mobilizadoras da economia do país.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O COMÉRCIO INFORMAL: DINÂMICAS ATUAIS DA SOCIEDADE CABO VERDIANA

Desde a sua independência, em especial a partir dos anos 1990, Cabo Verde vem adotando, como estratégia de desenvolvimento, a inserção de forma dinâmica na economia mundial, com o intuito de solucionar alguns dos seus principais problemas: proporcionar emprego e renda a uma grande parcela da população empobrecida. De acordo com censo de 2000, o país possui 434.625 habitantes, sendo que 45% da população estava abaixo da linha da pobreza, 30% era considerada pobre e 15% muito pobre. Cerca de 80% dos assistidos pela promoção social são mulheres chefes de família.

Na primeira fase de implementação do Plano Nacional de Luta contra a Pobreza de 1999, ficou definido como uma das principais estratégias e medidas políticas seguidas, o combate a pobreza no grupo de mulheres, particularmente, entre aquelas chefes de família (aproximadamente 41,7% das famílias cabo-verdianas são chefiadas por mulheres), através da sua integração nos círculos econômicos, pela alfabetização e formação profissional, pelo reforço da educação e da saúde, especialmente, a saúde reprodutiva.

De acordo com Grassi (2003), as mulheres representam cerca de 64% dos analfabetos no país, possuem as menores taxas de alfabetização e possibilidade de freqüentar escolas, sobretudo, aquelas que vivem no meio rural. Isso tem contribuído para a sua fraca inserção no mercado de trabalho formal. No entanto, desde 1990, sobretudo, nos últimos anos, com o apoio político internacional, os níveis educacionais alcançaram índices satisfatórios, possibilitando um maior acesso da população a educação. Isso se refletiu no aumento das taxas de alfabetização e, de acesso ao ensino básico, secundário e superior⁵.

Esse contexto econômico e social, tem levado a população a emigrar. Andrade (1995) destaca que a emigração aparece como um dado estrutural da sociedade cabo-verdiana. Essa é uma prática, majoritariamente, masculina; os homens, na maioria das vezes, deixam as suas famílias no país. As mulheres são obrigadas a assegurar a educação dos filhos e vender sua força de trabalho para garantirem a subsistência

⁵ De acordo com Moniz (2009), não obstante a facilidade no acesso à escola – o que já representa uma melhoria – e um aumento considerável de pessoas “alfabetizadas”, o ensino continuou, tal como ocorrera ao longo do período colonial, distante das realidades cabo-verdianas: currículos centrados em realidades eurocêntricas; manuais escolares, que enfatizam, em demasia, problemáticas socioculturais de realidades que muito pouco, ou em nada, contribuíram para a formação dos cidadãos cabo-verdianos. Apesar do discurso “libertador”, o ensino continuou a produzir um conhecimento colonizante e alienador.

familiar, além de continuarem desempenhando as tarefas tradicionais da produção agrícola.

O processo de concentração urbana acelerada, sobretudo, a partir da independência do país, tem provocado um aumento considerável da população que vive na cidade e não vem sendo acompanhado pelo ritmo de produção de empregos no setor formal da economia. O que tem corroborado para o crescimento do setor informal na sociedade cabo-verdiana e, conseqüentemente, uma feminização dessa atividade. Em Cabo Verde, assim como na maioria dos países da África subsaariana, as atividades informais são tradicionalmente protagonizadas por mulheres.

Esse tipo de comércio informal, majoritariamente, feminino é comum em todo o continente africano e, dependendo do contexto, as mulheres que dele participam recebem diferentes denominações, como é o caso das zungueiras e quitandeiras em Angola. De acordo com Hopkins (1995), o lugar privilegiado de intervenção econômica das mulheres africanas advém desde o período pré-colonial e, em alguns lugares, desapareceu completamente durante a administração colonial para ressurgir com vitalidade depois das independências, sobretudo, a partir dos anos 1980 nos países que aplicaram modelos de desenvolvimento com medidas de estabilização e ajustamento estrutural.

No entanto, o setor informal é sempre difícil de definir. Em geral, considera-se que abrange todas as atividades econômicas que não pagam impostos. No entanto, as fronteiras entre os setores formal e informal ficam ambíguas, na medida em que há grandes empresas “formais” que fogem das suas obrigações fiscais, enquanto que muitos vendedores “informais” pagam diariamente taxas aos fiscais municipais. De fato, não existe uma definição realmente satisfatória, mas de uma forma geral podemos caracterizar como informal as atividades não-licenciadas e constituídas, em grande parte, por atividades de auto-empregos.

Em suas análises sobre mercado informal, Vletter (2002), assinala que 78% dos agregados familiares possuem pelo menos um membro trabalhando no setor informal. Sendo que, deste total, 47% são mulheres. Pode-se destacar vários fatores que explicam a preponderância feminina nesta atividade, como por exemplo, a flexibilidade do horário, que permite conciliar com outros deveres, incluindo as tarefas domésticas. Além de serem flexíveis, pesquisas revelam que, os salários médios do setor informal são maiores do que no setor formal.

Com, o declínio no valor real dos salários públicos, devido o impacto das altas taxas de inflação, essas atividades tem ganhado destaque no cenário caboverdiano. É exatamente a partir deste contexto que podemos situar as rabidantes, que são em sua maioria mulheres chefes de família, com baixa escolaridade, que sem qualificação

para se inserirem no setor formal de trabalho, se voltam para a comercialização de produtos no mercado informal e, como veremos ao longo do texto, incluem o Brasil como um dos principais destinos para efetuarem compras.

AS RABIDANTES CABOVERDIANAS E RELAÇÃO COMERCIAL COM O BRASIL

Cabo Verde estreitou suas relações com o Brasil e, mais firmemente, chega ao Ceará a partir de acordos bilaterais firmados em 2001, na expectativa de efetivação das relações comerciais formais entre os dois países. Outros fatores que contribuíram para essa iniciativa, foi os incentivados da ONU para a realização de acordos internacionais, o fortalecimento do comércio e das relações político-governamentais por intermédio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e o Encontro Brasil-África ocorrido no ano de 2003 em Fortaleza. Este último, realizado pelo governo brasileiro, buscava a ampliação das suas relações turísticas e comerciais com o continente africano.

Como resultado da sua inserção no contexto de países detentores de vantagens comerciais, em fevereiro de 2008, o Brasil, através da insistência na política de incremento nas exportações, conseguiu que o valor dessas transações internacionais viesse a contribuir para pagar a sua dívida externa. Isto fez com que o país passasse de devedor a credor externo. A inserção no comércio internacional, tendo em vista o baixo custo, melhor qualidade dos produtos, a atualização tecnológica e o estreitamento das relações comerciais no eixo sul-sul, propiciaram e reforçaram a inserção do Brasil no contexto dos países detentores de vantagens comerciais em suas transações com outros países. (MUNIZ, 2008)

Em 1999, foi aprovado o perdão parcial da dívida externa de Cabo Verde com o Brasil e o reescalonamento do pagamento dos valores atrasados. Como o valor perfazia quase 50% da dívida externa caboverdiana, o Governo brasileiro entendeu haver contribuído para a consolidação das bases para o desenvolvimento econômico de Cabo Verde. País cujo processo de democratização se iniciou em 1991, com a instalação de um programa de reformas liberais, visualizando sua inserção no contexto internacional. Assim, o governo caboverdiano buscava fortalecer os acordos bilaterais e multilaterais, junto aos seus parceiros tradicionais (Portugal e Organizações Internacionais), dando impulso aos aportes de cooperação para o desenvolvimento sócio-econômico, sobretudo aqueles de melhoria de infra-estruturas urbana e

portuárias. Neste sentido, ao buscar estabelecer novas parcerias estratégicas, o Brasil obteve significativo destaque⁶.

O comércio formal entre os dois países tem demonstrado crescimento econômico expressivo. De acordo com dados com Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2004 a exportação brasileira para Cabo Verde cresceu em 97%, enquanto as exportações a partir do território cearense, no primeiro semestre de 2005, somaram quase US\$ 2,191 milhões de dólares, 237% a mais que os US\$ 650, 390 mil dólares no mesmo período de 2004, correspondendo a 15,8% das exportações brasileiras para o país africano.

O Estado do Ceará tem se destacado, no âmbito dessa troca comercial, devido a ativação do modal aéreo operado semanalmente pela TACV (Transportes Aéreos Cabo-Verdianos) com vôos entre Fortaleza e Praia que duram, em média, três horas e meia. Em 2001, ano de implantação do “modal aéreo”, inexistia saldo comercial entre os dois países. Em 2002, quando realmente se efetivou a primeira rota aérea da TACV Praia – Fortaleza, o saldo comercial do Ceará com Cabo Verde era de US\$ 139.551, *Free on board*, o que correspondia naquela época a 0,026% das exportações cearense. Em 2003 o valor exportado foi de US\$ (FOB) 568.435 dólares e, em 2004, saltou para US\$ (FOB) 3.121.927 dólares, numa clara demonstração de quanto a operatividade do modal aéreo implantado facilitou a relação de comércio com o vizinho africano. (MUNIZ, 2008)

De acordo com pesquisa, a ativação do “modal aéreo”, possuía como finalidade inicial o deslocamento de empresários e investidores interessados em dinamizar as trocas econômicas entre os dois países da costa atlântica. Para fortalecer essa movimentação comercial, foi montada toda uma estrutura que possibilitasse a circulação dessas pessoas pela capital cearense. Inicialmente, os vôos vindos de Cabo Verde, foram organizados em grupos de 50 pessoas a cada semana, que eram ciceroneados por gerentes da própria TACV responsáveis pela logística de acompanhamento e orientação que estes comerciantes necessitavam, tais como: roteiro de locais para compra, hospedagem e alimentação; troca de Dólar por Real; viagens de negócios à região metropolitana e a municípios próximos.

No entanto, com esses incentivos, surgiu um outro tipo de passageiro que, embora com finalidades comerciais, apresentava um perfil diferenciado daquele previsto pelos investidores: as rabadantes caboverdianas. Foram essas mulheres que

⁶ Muniz (2008), assinala que na década de 1990 a economia caboverdiana beneficiou-se do crescimento dos investimentos externos, sobretudo, no setor bancário e hoteleiro com a venda, a grupos estrangeiros (principalmente Portugal), de suas principais empresas estatais e de 80% de seu sistema financeiro, bem como com o fluxo de remessas da população emigrada.

impulsionaram a movimentação comercial informal entre os dois países, ao adquirirem produtos por preços mais baratos, em lojas e estabelecimento sem licença estadual/municipal e revenderem em seu país. No Brasil e, especialmente, no Ceará, o mercado informal tem ganhado relativa importância para a movimentação da economia local. Fortaleza, é a quinta cidade mais populosa do país, com 2.505.554 habitantes (dados IBGE 2009), perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília. A indústria e o comércio mobilizam a economia da cidade que possui um PIB anual de R\$ 19, 974 bilhões de reais, um dos mais altos do Brasil.

Todavia, diante da falta de crédito, de qualificação e de vagas no mercado formal, um aglomerado de trabalhadores ocupam as praças, cruzamentos de ruas, mercados e feiras, vendendo roupas, calçados, lingerie, biquínis e inúmeros outros produtos no centro de Fortaleza. Na guerra pela sobrevivência, a opção pelo mercado informal tem ganhado cada vez adeptos e conquistado espaço na concorrência pela venda de produtos. Isso tem gerado fortes embates e discussões entre os vários setores da economia local. Representantes dos comerciantes formais têm buscado resolver essa situação a partir de ações conjuntas com a iniciativa privada e o setor público, especialmente, com a Prefeitura de Fortaleza, na tentativa de discutir soluções para o problema.

De acordo com o presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos do Estado do Ceará, Antônio Amaro da Silva, em entrevista ao jornal o Povo, o desemprego é a principal causa para a grande procura pela informalidade, aliada a isso a falta de qualificação conta muito na hora de conseguir uma vaga de trabalho no comércio formal. Segundo o presidente, a maioria dos vendedores são oriundos do interior do Estado, da agricultura ou da construção civil e, muitos destes, não possuem qualificação. “No mercado informal, não é preciso qualificação para comprar ou vender e muitas empresas exigem níveis elevados de educação”, acrescenta.

Antônio destaca, um outro problema que tem dificultado a inserção dessas pessoas no comércio formal: a burocracia e a falta de crédito. “Se houvesse maior incentivo para abrir linha de crédito, por meio de instituições privadas ou públicas, a gente poderia se estabelecer para legalizar. É necessário, também, a formação de cursos de vendas. Tem que ter estudo”. A formalização deste tipo de atividade tem sido exigida pelo Sindicato do Comércio Varejistas de Fortaleza (Sindilojas) na medida em que os produtos, que são comercializados por esses comerciantes, saem por cerca de 20% a menos do preço vendido pelos lojistas, o que acaba se configurando, para muito deles, como uma concorrência desleal, pois gera uma significativa queda na venda do mercado formal.

Assim, como no Brasil, em Cabo Verde, o mercado informal tem ganhado destaque no seu quadro econômico⁷. O comércio é o setor mais produtivo e juntamente com os transportes, turismo e serviços públicos representa quase 72% do PIB do país. No entanto, o crescimento econômico não tem significado uma redução no número de pessoas desempregadas. E, sobretudo, a falta de qualificação, tem impulsionado um número cada vez maior de pessoas para o mercado informal. As rabidantes são responsáveis pela venda da maioria dos produtos de subsistência que sustentam a economia informal cabo-verdiana, como frutas, verduras, peixes e comidas, que são comercializados pelas ruas e mercados.

A agricultura tem um poder pequeno na estrutura produtiva, isso faz com que o país importe praticamente 80% do que é consumido, face à ausência de infra-estruturas básicas e a debilidade do capital produtivo industrial. O que torna indispensável a atividade desenvolvida por essas mulheres. Elas comercializam produtos adquiridos em outros países africanos, como Senegal, Gâmbia, Guiné-Conakri e África do Sul, também, se envolvem com produtos de países europeus, como Portugal, Holanda e França, e do continente americano, como EUA e Brasil. O comércio com países do exterior é marcado por produtos de cabelo, como é o caso do comércio com os EUA; sapatos, que são comercializados com a Holanda; e roupas, bijuterias, calçados e lingerie advindos do Brasil.

Em nosso país a compra de produtos é feita em São Paulo, mas precisamente no Braz, na rua 25 de Março e no Bom Retiro. Mas, a maioria dos produtos comprados aqui são do Ceará. Em Fortaleza podemos destacar dois pontos, localizados no centro da cidade, que concentram alguns dos principais produtos procurados por essas mulheres, como é o caso do Mercado Central. Onde é possível encontrar muitas lojas de confecção, renda de bilro, redes, cerâmicas, e todo tipo de artesanato produzido no Estado. Os visitantes são em sua maioria turistas, que estão a passeio pela cidade. Os produtos comercializado são de boa qualidade, em geral, advindos das cooperativas de trabalhadores rurais, localizados no interior do Ceará. Estes objetos visam atender às necessidades destes clientes e possuem preços, relativamente altos.

Podemos destacar, também, o Centro de Pequenos Negócios de Vendedores Ambulantes de Fortaleza (CPNVA), ou Beco da Poeira, como é conhecido. É neste

⁷ Vale destacar que assim como no Brasil, o comércio informal em Cabo Verde tem sido fortemente combatido. De acordo com nota do secretário-geral da Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de Barlavento, publicada no dia 10 de setembro de 2009 pelo jornal econômico OJE de Portugal, o comércio informal é estimulador de práticas ilícitas, além de prejudicar o clima de negócio e afetar a participação do país na Organização Mundial do Comércio. Adriano Cruz, então secretário, defende a imposição de medidas de controle mais rígidas, já que grande parte das atividades são desenvolvidas a partir das licenças facultativas pela câmara municipal e não possuem um perfil empresarial.

espaço que as rabidantes adquirem grande parte dos seus produtos. O local se destaca pela venda de roupas características da moda popular, as chamadas “modinha”, geralmente, composto por peças de malha feminina, influenciadas pelos meios de comunicação, principalmente, as novelas. Essas peças, com grande circulação no mercado nacional, servem de referência para as cópias que serão reproduzidas em larga escala, com um material de baixa qualidade, mas com preços muito mais baratos do que aqueles encontrados nas grandes lojas. O Beco da Poeira não vende apenas produtos femininos, mas roupas masculinas, sapatos, bolsas, lingerie, biquínis, acessórios, celulares, relógios e até ervas medicinais.

Tendo como base o contexto acima analisado é possível entender como se estabeleceu e fortaleceu, ao longo dos anos, uma intensa movimentação comercial entre Brasil e Cabo Verde, relação esta que tem sido efetiva pelas rabidantes. Semanalmente chegam a Fortaleza cerca de 10 a 20 mulheres em busca de produtos para revenderem em seu país. Elas gastam em média, por viagem, US\$ 1,5 mil a US\$ 5 mil dólares. Ao chegarem no aeroporto da cidade, chama a atenção a grande quantidade de volumes por elas transportados, entre 6 e 10 malas grandes, lotadas de produtos. Para se ter noção, da quantidade de artigos comercializados, no ano de 2001 o peso transportado pela TACV para Cabo Verde era de 18.186 kg, em 2001 esse número aumentou para 280.369 kg, chegando a 461.963 kg em 2003.

A vinda de um número considerável de mulheres, bem como a grande quantidade de dinheiro gasto em compras aqui no Brasil no ano de 2002, estava diretamente ligada a ascensão do dólar e, conseqüente, desvalorização do real, o que possibilitava a essas mulheres um significativo poder de compra. Esses produtos saíam por um preço extremamente baixo, permitindo um lucro considerável. Assim, essa se tornava uma atividade bastante lucrativa. Sobretudo, pelo fato delas não pagavam nenhum tipo de tributação ou taxas para o governo local. O tratamento tributário e a incidência de tributos é feita em Cabo Verde onde é cobrado por peça desembarcada. De acordo com Muniz (2008), isso tem acarretado uma perda significativa por parte do governo brasileiro, no tocante a arrecadação fiscal.

É preciso assinalar que de fato existe uma espécie de estratificação entre essas mulheres, onde podemos destacar aquelas que comercializam produtos internos e que possuem um menor poder aquisitivo; outras que comercializam com os países do continente africano e com o Brasil, nesses casos não existem dificuldades com relação ao visto e também a barreira da língua; e as que comercializam produtos de países como EUA e Holanda, que constituiriam aquelas que possuem um maior poder aquisitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, em Cabo Verde, a maior parte dos problemas é de cunho social e a problemática de gênero merece referência particular, pois tradicionalmente a mulher desempenhou um papel importante na agricultura e, mais recentemente, no setor informal urbano da economia (GRASSI, 2003). As mulheres são chefes de família e, majoritariamente, aquelas que vivem no meio rural têm as menores taxas de alfabetização e possibilidade de freqüentar escolas, o que tem contribuído não só para a sua fraca inserção no mercado de trabalho formal como, também, para a sua subalternização no seio da família e da sociedade.

Os padrões de organização familiar em Cabo Verde condicionam a participação da mulher à vida privada. Em geral, pode-se dizer que a existência de um grande número de famílias monoparentais, nas quais a mulher assume a educação dos filhos, limita grandemente a sua participação na vida pública. No entanto, a saída da mulher do espaço privado para entrar na área produtiva tem favorecido a sua emancipação; é, sobretudo, fora da esfera do privado que se formam as identidades de gênero capazes de criar um espaço de renegociação da tradicional dominação masculina. Este contexto parece evidenciar uma mudança em curso nos papéis sociais de gênero, o que altera a divisão sexual do trabalho, e de certo forma tem possibilitado o empoderamento das mulheres que vivem do comércio informal.

Mais recentemente, foram garantidos direitos jurídicos para as mulheres em Cabo Verde, como a necessidade de uma especial proteção durante a gravidez e depois do parto, e a criação de condições de trabalho que lhe permitissem exercer convenientemente a sua função familiar e maternal. Todavia, em muitos casos, a realidade social, econômica política e cultural se sobrepõem aos mecanismos jurídicos, no que diz respeito, às relações de gênero, quer seja no espaço público ou privado. Neste contexto, o espaço informal tem sido um lugar privilegiado para medir as diferenças de gênero.

Os papéis de gênero, socialmente legitimados, retroalimentam as desigualdades na sociedade cabo-verdiana. Independente da classe, para que uma mulher obtenha reconhecimento e aceitação social é preciso que ela tenha ao seu lado a figura do marido. Devido à “cultura do abandono”, em que os homens deixam suas esposas e estas passam a cuidar sozinhas do lar e da família, as representações sociais dos papéis masculinos e femininos se tornam mais rígidas. O poder masculino, com suas raízes estruturais, leva a mulher abandonada a supervalorizar o papel de mãe que é socialmente dignificado. Assim, a origem de grande parte dos problemas

das mulheres parece situar-se na cultura machista do país, nomeadamente na manutenção e multiplicação de preconceitos sociais e sexuais.

Apesar das leis que obrigam os pais na responsabilidade em relação aos filhos, a prática da poligamia por parte dos homens e a tendência das mulheres de não fazerem valer os próprios direitos, não só pelo desconhecimento da lei, mas também por justificarem a situação de desemprego do pai, acabam por reforçar o lugar de submissão feminina na sociedade cabo-verdiana. É uma pratica muito comum as mulheres não pressionarem o pai para cumprir as suas obrigações, ao mesmo tempo em que, elas acabam assumindo a responsabilidade em relação aos filhos, mesmo quando se trata de filhos de relacionamentos anteriores do marido. (GRASSI 2003) São essas as contradições vividas pelas mulheres inseridas no comércio informal transatlântico em Cabo-Verde. Mulheres que têm buscado lutar pelo sustento da família, garantindo uma boa educação e melhores condições de vida para os seus filhos.

BIBLIOGRAFIA

- Amadiune, Ifi. *Reinventing África: matriarchy, religion, culture*. Zed Books Ltd, London & New York, 1997.
- Andrade, E. *As Ilhas de Cabo Verde da descoberta a independência nacional (1460-1975)*. Paris, L'Haramattan 1995.
- Brito-Semedo, Manuel. *Identidade cabo-verdiana*, Praia, IBNL, 2007.
- Cardoso, Manuela. *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*. Biblioteca das Ciências Sociais – Plural 8. Edições Afrontamento 2007.
- Duarte, Manuel. *Cabo-verdianidade e africanidade*. Praia, Spleen, 1999
- Embaixada de Cabo Verde no Brasil disponível em <http://www.embcv.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=7> acessado no dia 24 de julho de 2010.
- Fernandes, Gabriel. *Em busca da Nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis /Praia, Editora da UFSC e IBNL, 2006.
- Furtado, Cláudio. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago de Cabo Verde*. Praia, ICLD, 1993
- _____. *Génese e (Re)Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia, ICLD, 1997
- Grassi, Marzia. *Rabidantes: comércio espontâneo transatlântico em Cabo Verde*. Instituto de Ciências Sociais e Spleen Edições. 2003
- Freyre, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível luso-tropicologia acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, África e Atlântico*. Lisboa: edições Livros do Brasil, 1954
- Jornal OJE disponível em <http://www.oje.pt/noticias/africa/comercio-informal-estimula-o-ilegal-e-prejudica-cabo-verde-na-omc-diz-camara-de-comercio>, acessado no dia 28 de julho de 2010
- Jornal O POVO disponível em <http://opovo.uol.com.br/opovo/fortaleza282/780284.html> acessado dia 17 de maio de 2010.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/> acessado no dia 17 de maio de 2010.

- Moniz, Elias Alfama. *Africanidades versus europeísmos: pelejas culturais e educacionais em Cabo verde*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL) Praia, 2009.
- Muniz, Antônio. *Tributação e comércio internacional informal: estudo das relações Cabo-Verde – Ceará*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Constitucional. Universidade Federal de Fortaleza, 2008.
- Silveira, Onésio. *A democracia em Cabo-Verde*. Edições Colibri. 2005.
- Vletter, Fion de. *A promoção do sector micro-empresarial urbano em Angola*. Principia, Publicações Universitárias e Científicas Ltda. Luanda, 2002.